



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006600-83.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos**
 Requerente: **ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO - UNIARA**
 Requerido: **CAMILA APARECIDA BALTAZAR**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos, etc.

ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO, mantenedora do CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA (UNIARA) já qualificada, moveu a presente ação de cobrança contra CAMILA APARECIDA BALTAZAR, também qualificada, alegando consoante documentos acostados aos autos, que a requerida esteve regularmente inscrita e matriculada no curso de *Estética e Cosmética* e suas respectivas disciplinas, ministrado pela autora no ano letivo de 2010, tendo frequentado regularmente as aulas.

Ocorreu que a requerida, descumprindo cláusula contratual, não comprovou o pagamento de doze (12) parcelas no valor de R\$444,00 da anuidade, referentes ao período de março de 2010 até dezembro de 2010, totalizando a quantia não resgatada, atualizada até fevereiro de 2014 de R\$6.277,78, conforme planilha em anexo, ensejando a propositura da presente demanda, visando o recebimento da dívida, acrescida de correção monetária, além da condenação da ré ao pagamento das verbas de sucumbência.

Citada a requerida ofereceu contestação, sustentando em sede de preliminares, a prescrição da ação de cobrança, pugnando ainda pelo deferimento da gratuidade de Justiça, com fundamento no artigos 4º, *caput* e 5º, parágrafo 5º da Lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei 7.510/86.

No mérito alegou a falta de título exigível em que se baseou a autora para cobrança de quantia líquida e certa; ofereceu pedido de contraposto, de forma que, a final, fosse a autora condenada ao pagamento da quantia reclamada, bem como danos morais a serem fixados pelo Juízo com base no montante reclamado e pugnou pela condenação da requerente por litigância de má fé, na forma dos arts. 17, inciso III e 18, ambos do Código de Processo Civil.

É o relatório.

DECIDO.

Rejeita-se a preliminar de prescrição. O E. Superior Tribunal de Justiça já assentou que, cuidando-se de mensalidades escolares, a prescrição é quinquenal, verbis:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. COBRANÇA DE MENSALIDADES ESCOLARES. PRESCRIÇÃO.

1. O prazo prescricional da pretensão de cobrança de mensalidades escolares vencidas até 11.01.2003 - entrada em vigor do novo Código Civil - é o estabelecido no art. 178, § 6º, VII do CC/16. Para as mensalidades vencidas após a referida data, aplica-se o prazo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

quinquenal, disposto no art. 206, § 5º, I do CC/02.

2. Agravo regimental provido. (AgRg no Ag 1271678/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2010, DJe 16/08/2010)

Esse também o entendimento do E. Tribunal de Justiça:

40039129-61.2013.8.26.0037 – Apelação/Estabelecimentos de Ensino. Relator: Paulo Ayrosa. Comarca de Araraquara. Órgão julgador: 31ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 11/11/2014.. Data de registro: 11/11/2014. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS COBRANÇA PRESCRIÇÃO DAS MENSALIDADES APLICAÇÃO DO ART. 206, § 5º, I DO NOVO CÓDIGO CIVIL PRAZO DE 5 ANOS AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DOS DÉBITOS PERSEGUIDOS PELA AUTORA IMPUGNAÇÃO GENÉRICA - RECURSO NÃO PROVIDO. Ajuizada a ação sob a égide do Código Civil de 2002 a prescrição deve ser verificada pelo prazo de cinco anos desde o vencimento de cada parcela, na forma do art. 206, § 6º, I, o que não se verificou no caso. Documentos juntados com a inicial que comprovaram, de forma inequívoca, a efetiva prestação do serviço educacional à ré, que não se desincumbiu de comprovar os devidos pagamentos, sendo de rigor a procedência da demanda.

Ainda que se trate de ação de cobrança (já que o título, contrato, não apresenta todos os requisitos legais para ser executado diretamente), a dívida é líquida e vem delineada no instrumento particular, pelo que fica rechaçado o pedido de improcedência da ação pela ausência de título.

Rejeita-se o pedido contraposto da ré, pois se o feito segue o procedimento ordinário, não se admite pedidos contrapostos formulados em sede de contestação, que deveriam ter sido deduzidos em reconvenção, com pedido próprio e preparo, conforme determina o art. 297 e art. 315, do CPC, devendo a parte buscar tal declaração pelos meios próprios.

Improcede o pedido de condenação da autora às penas por litigância de má-fé, pois não há prova cabal no sentido de que a cobrança tenha sido resultado de dolo da autora a ensejar a aplicação da penalidade pretendida pela ré.

Melhor sorte não assiste à ré no que diz respeito à cobrança de danos morais, pois diferentemente do que se verifica nos autos, dano moral refere-se ao sofrimento da alma, à dor, ao constrangimento, à humilhação, que decorrem de atos lesivos praticados contra a própria pessoa e seus familiares. No geral, dano moral é um ultraje que atinge diretamente aos direitos da personalidade das pessoas.

A comprovação de sua ocorrência, evidentemente, vai depender da verificação de cada caso concreto, observando-se que, no caso em exame, não se trata de uma situação em que o dano moral se encontra caracterizado *in re ipsa*, havendo necessidade de efetiva demonstração, do que não se incumbiu a requerida.

É incontroverso nos autos que a ré se matriculou no curso da autora e não fez os pagamentos das mensalidades. A celebração do contrato, bem como a frequência às aulas conduzem ao reconhecimento da inadimplência, tornando forçosa a condenação da requerida ao pagamento das mensalidades não honradas.

Tem-se então como acolhido o valor do débito, atualizado até a propositura da ação, em R\$6.277,78 (*seis mil duzentos e setenta e sete reais e setenta e oito centavos*), fls. 01/04.

Sobre este valor deverá ser aplicada correção monetária com base nos índices do INPC, e juros moratórios de 1,0% ao mês, a contar da citação.

Sucumbindo, caberá ainda à ré arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizada.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, CONDENO a ré, CAMILA APARECIDA BALTAZAR, a pagar à autora, ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO, a importância de R\$6.277,78 (*seis mil duzentos e setenta e sete reais e setenta e oito centavos*), acrescida de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação; e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, na forma e condições acima, , prejudicada esta execução enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

P. R. I.

São Carlos, 17 de dezembro de 2014.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**